

QUEDA NA ARRECAÇÃO

# Azambuja pede socorro a Temer para evitar colapso financeiro

Governador garantiu apoio do presidente e da bancada federal na batalha para elevar ICMS do gás

CLODOALDO SILVA

O governador Reinaldo Azambuja pediu socorro ao presidente da República, Michel Temer, para reverter a queda de 51,35% da arrecadação com Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) cobrado sobre o gás natural boliviano comprado pela Petrobras. No mês passado, foram arrecadados R\$ 38,6 milhões de imposto, contra a média mensal de R\$ 79,338 milhões de 2016.

O presidente da República se mostrou sensibilizado com o quadro crítico apresentado pelo governador, já que o percentual da participação do gás na arrecadação estadual de ICMS caiu de 18% para 11%, em 2016, e despencou para 5,67%, em janeiro. Essa redução drástica ocorreu por causa da medida unilateral tomada pela Petrobras de reduzir o volume diário para 14 milhões de metros cúbicos, mesmo com o compromisso de manter no patamar de 24 milhões de metros cúbicos/dia.

"Fomos recebidos em uma agenda extra pelo presidente e apresentamos a ele os impactos negativos para as finanças de Mato Grosso do Sul com a inexplicável posição da Petrobras. O presidente nos disse que transmitiria esta nossa preocupação para o presidente da estatal, Pedro Parente, com quem devemos nos reunir na próxima semana, no Rio de Janeiro", afirmou o governador, enfatizando que, se for mantida a projeção de diminuição do consumo do gás boliviano pela Petrobras, registrada em janeiro deste ano, a queda do ICMS oriundo do hidrocarboneto



LUIS CARLOS CAMPOS SALES

REUNIÕES. Parlamentares de MS, reunidos com governador, comprometeram-se a buscar solução para ajudar a recompor índices do ICMS

atingirá o patamar insustentável de 5% ou 4% em 2017, causando forte impacto nas finanças do Estado e dos municípios.

"Saiu de 30 milhões de metros cúbicos/dia para 14 milhões, isso reduz drasticamente a arrecadação", explicou Azambuja. Para o governador, a redução é uma estratégia da Petrobras, principalmente porque a indústria paulista diminuiu apenas 5%. "E nós tivemos uma redução de quase 50% em comparação com janeiro do ano passado. Por isso, pedimos uma audiência com o presidente Pedro Parente (Petrobras), porque isso é um prejuízo enorme para MS", disse.

No encontro, Reinaldo ponderou que o Estado não suporta uma redução drástica como foi apresentada pela Petrobras.

Inicialmente, a queda da arrecadação do ICMS ficou em 6,4% nos anos de 2014 para

## 600

**MILHÕES DE REAIS**  
Deixaram de entrar no caixa estadual ao ano, com a redução na compra do gás boliviano pela Petrobras.

2015, de R\$ 1,376 bilhão para R\$ 1,288 bilhão, e com participação no bolo do ICMS de 18,18% para 16,6%. Já em 2016, a retração chegou a 26,1%, ficando em R\$ 952 milhões a arrecadação com ICMS do gás. No bolo geral, ficou em 11,51%.

No comparativo nos meses de janeiro, entre 2013 e 2017, a participação do ICMS do gás natural na arrecadação despencou ainda mais. Em janeiro de 2013, representava 16,86% do total de ICMS arrecadado,

com valor de R\$ 98,277 milhões. Chegou a representar 18,18% em 2014, com receita de R\$ 114,701 milhões, caindo em 2015 para 16,60% do bolo do ICMS (R\$ 107,376 milhões). No ano passado, em janeiro, ficou em apenas 11,51% (R\$ 79,338 milhões) e despencou este ano para R\$ 38,6 milhões, o que representa apenas 5,67% do total arrecadado com ICMS pelo governo do Estado.

### APOIO DA BANCADA

Também o governador conseguiu o apoio da bancada federal do Estado para reverter este quadro. Em reunião ontem, os deputados e senadores sul-mato-grossenses se comprometeram a buscar uma solução com o chefe da Casa Civil. "O governador teve a adesão da bancada, que vai mostrar ao chefe da Casa Civil que o nosso orçamento depende des-

sa arrecadação e que isso faz parte do contrato da Petrobras com MS, bombeando ou não o gás", disse o senador Waldemir Moka, coordenador da bancada federal.

Para o deputado federal Elizeu Dionizio (PSDB/MS), "se a situação perdurar, as finanças do Estado vão entrar em colapso, como ocorre hoje no Rio de Janeiro. Não podemos esperar, temos de agir rápido", afirmou, destacando a importância de a bancada conversar com o presidente da Petrobras.

A mesma posição foi manifestada pelo governador, que ressaltou o risco do arrocho promovido pelo governo do Estado, para evitar que o déficit seja mais intenso do que foi planejado até agora. "São cerca de R\$ 600 milhões a menos no caixa, isso são quase duas folhas de pagamento", ponderou.

A preocupação surgiu porque esta redução da arrecadação do ICMS do gás não era prevista pela gestão estadual e pode forçar o Estado a fazer mais adequações para manter as finanças em dia. Segundo Reinaldo, no início do seu governo já foi feita uma adequação que permitiu que MS se mantivesse adimplente até 2016; porém, com essa queda, não há mágica que recomponha as perdas em um momento de crise.

Para o governador, não tem como a Petrobras mudar a política de negociação no apagar das luzes. "Em dezembro, estava normal. Agora, em janeiro de 2017, você reduz drasticamente, isso prejudica muito MS." A importância do gás natural é exclusividade da Petrobras até 2019; depois dessa data, o governo do Estado pode buscar alternativas, assim como o Paraná e Santa Catarina. "Justamente isso que estamos conversando com a Bolívia", afirmou. A proposta é a MSGás importar o gás natural diretamente da Bolívia e vendê-lo para empresas e usinas termelétricas.

### TCU - FNII

Sobre a conclusão e retomada das obras da fábrica de fertilizante FNII da Petrobras, Reinaldo Azambuja disse que o andamento depende muito mais do Tribunal de Contas da União (TCU) do que da Petrobras. "Agora é só o TCU liberar os ativos para a Petrobras poder vender. Não tenho dúvida de que, resolvido esse imbróglio no TCU, haverá muita empresa privada interessada nesta fábrica de fertilizantes."

IBGE

## Comércio de MS tem queda de 6,9% nas vendas

RENATA PRANDINI

O comércio sul-mato-grossense manteve o segundo pior resultado dos últimos 15 anos. Conforme Pesquisa Mensal do Comércio, realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE), o setor encerrou o ano passado com queda acumulada de 6,9% nas vendas. Em dezembro de 2016, o comércio registrou queda de 1,6% nas vendas, já com ajuste sazonal. A queda foi um pouco inferior à apresentada em todo o Brasil, recuo de 2%, o pior resultado registrado no País desde o início da série histórica.

A pesquisa apontou que,

somente em novembro, o índice de vendas chegou a 157,8 pontos em Mato Grosso do Sul, 10,2 pontos a menos em comparação ao mesmo período do ano passado. O índice tem como base o ano de 2011, com 100 pontos.

Em comparação ao mesmo período do ano passado, livre da influência sazonal, a queda nas vendas chegou a 6,1% em volume; variação negativa superior à média nacional, 4,9% de queda. Em todo o País, somente dois estados conseguiram fechar o ano com saldo positivo: Roraima, que teve crescimento de 1,3% nas vendas; e Santa Catarina,

com crescimento de 0,8%.

Ainda de acordo com informações do IBGE, a queda nas vendas no comércio do Estado foi semelhante ao ano anterior, quando comparada a 2014. De acordo com a economista Daniela Teixeira, a queda nas vendas está dentro do esperado, levando em consideração o cenário apresentado no ano passado.

"Apesar de alguns indícios de melhora, registrados no segundo semestre, isso não foi suficiente para recuperação do comércio diante da crise. Buscando um olhar positivo sobre essa situação, podemos dizer que essa queda poderia

ter sido muito mais significativa. Queda nunca é boa. Mas, nesse caso, o ponto positivo é que ela pode ser ainda maior", destacou.

No comércio varejista ampliado, que inclui vendas de veículos e motos, partes e peças e materiais de construção, a queda foi ainda maior em Mato Grosso do Sul. No acumulado do ano, as vendas tiveram queda de 7%, índice pouco inferior ao do País, 8,7% de queda.

### PROJEÇÃO

Para este ano, a projeção é de leve melhora, mas longe de ser considerada recuperação. Esta, explicou a economista, levará



PAULO RIBAS

MELHORA. Projeção é de melhora nas vendas neste ano em MS

mais tempo. "Um dos pontos positivos é que o índice de confiança do empresário deve se manter na zona positiva, ou seja, eles estão confiantes em uma recuperação. Além disso, a intenção de compras da família também está melhorando. O índice ainda está na zona ne-

gativa, mas em menor índice em relação ao ano passado", explicou. O índice que mede a intenção de consumo das famílias do Estado encerrou o ano passado com 80 pontos. Para ser considerado positivo, a margem teria de ser igual ou superior a 100.

## INDICADORES

COTAÇÕES E ÍNDICES Fechamento: 14 de fevereiro de 2017

### UNIDADES FISCAIS

Em R\$	
UFERMS (Jan/Fev)	24,43
UAM/MS (Fev)	3,5719
UFIR (Out/00)	1,0641

### INFLAÇÃO

Fonte: FOLHA  
Em % ao mês. IGP2, IGP1, IPA1, IPC1, respectivamente

ÍNDICES	OUT	NOV	DEZ	JAN 12M.
IPC do IBGE (%)	0,26	0,18	0,30	0,38
IPC/IBGE (%)	0,17	0,07	0,14	0,42
IGP-M/IGV (%)	0,16	0,03	0,54	0,64
IGP-D/IGV (%)	0,13	0,05	0,83	0,43
IPC/FIPE (%)	-0,27	-0,15	0,72	0,32
IPC/CIDEI (%)	0,33	0,20	0,39	6,82

### POUPANÇA

ANTIGA POUPANÇA	NOVA POUPANÇA
(Dep. feitos até 03/05/2012)	(Dep. feitos a partir de 04/05/12)
15/2 = 0,6640	15/2 = 0,6640

### CÂMBIO

Em R\$		
Moeda	Compra	Venda
DÓLAR COMERCIAL	3,0940	3,0970
DÓLAR TURISMO (BB)	2,9300	3,2400
DÓLAR PARALELO	3,0998	3,1004

### SALÁRIO MÍNIMO

Janeiro/2017 R\$ 937

### ALUGUEL

Reajustes de aluguel e outros contratos	Acumulado % até julho(*)	até agosto(*)						
Índices Trim. Quad. Sem. Anual	Trim. Quad. Sem. Anual	Trim. Quad. Sem. Anual						
FIPF	0,45	0,99	2,27	5,38	0,54	0,79	2,08	5,49
IGP-DI	-1,63	-1,19	1,13	5,05	-1,12	-1,57	0,34	4,63
IGP-M	-1,48	-0,70	1,34	5,32	-1,61	-1,74	0,68	4,89
INPC	0,99	1,78	3,27	6,33	0,57	1,17	2,80	6,35

\*Acumulado até julho reajusta alugueis e contratos a partir de agosto, para pagamento em setembro; acumulado até agosto reajusta a partir de setembro, para pagamento em outubro.

### INSS

#### Contribuição à Previdência Social

Janeiro/2017

Tabela de contribuição dos segurados empregado, empregado doméstico e trabalhador avulso, para pagamento de remuneração a partir de 1º de Fevereiro de 2017.

SALÁRIO DE CONTRIBUIÇÃO (R\$)	ALÍQUOTA PARA FINS DE RECOLHIMENTO AO INSS (%)
Até 1.659,38	8
De 1.659,39 até 2.765,66	9
De 2.765,67 até 5.531,31	11

Portaria interministerial MPS/MF nº 8, de 13 de janeiro de 2017

Tabela de contribuição dos segurados contribuintes individuais e facultativo.

SALÁRIO DE CONTRIBUIÇÃO (R\$)	ALÍQUOTA PARA FINS DE RECOLHIMENTO AO INSS (%)
937,00	5*
937,00	11**
880,00 até 5.189,82	20

\* Alíquota exclusiva do microempreendedor individual e do segurado (o) facultativo ou que se dedique exclusivamente ao trabalho doméstico no âmbito de sua residência - Lei 12.470, de 31 de agosto de 2011 - DOU de 01/09/2011  
\*\* Plano simplificado - Lei complementar 123, de 14/12/2006.

### AGROPECUÁRIO

Fechamento: 14 de fevereiro de 2017

Grãos	Compra	Venda
Milho (60 kg)	24,50	26,00
Soja (60 kg)	61,00	62,00
Algodão (arroba)	26,00	26,00

  

Bovinos	Mínimo	Máximo
Arroba à vista		
Boi Gordo	s/inf	s/inf
Boi Gordo Rastreado	135,00	135,00
Vaca Gorda	s/inf	s/inf
Vaca Gorda Rastreada	125,00	125,00

↓ EURO R\$ 3,2898

↓ DÓLAR R\$ 3,0970

↓ BOVESPA 66.712 -0,38%